

10 DEZ 1981

# JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito  
Editor: Walter Fontoura

Diretor: Bernard da Costa Campos  
Diretor: Lywal Salles

## Estado de *Economia - Brasil* Privilegio

A metade da carga tributária que desabou sobre a sociedade no ano passado foi para cobrir os gastos com a intromissão do Estado na economia. Para o que faz o Governo com os impostos e taxas arrecadados aos cidadãos, bastaria a metade. Os brasileiros são escorchados para que o Estado possa brincar de empresário privilegiado, porque — tenham ou não resultados satisfatórios — os administradores dessa economia privilegiada não prestam contas à sociedade. Tudo é lucro para eles e é como se fosse prejuízo para a sociedade.

A revelação está no estudo de um economista do IPEA e seu autor é um professor da PUC: o economista Carlos Von Doellinger mostra também que o total dos gastos do Governo este ano deverá situar-se em Cr\$ 8 trilhões 600 bilhões, sendo que 71,62% desse total correrão por conta das empresas estatais. É realmente impressionante que o desempenho do Estado como empresário tenha custado Cr\$ 6 trilhões 159 bilhões.

Que regime será este em que o Estado faz como empresário 71% dos gastos na economia? Não será tão cedo uma democracia, pela elementar razão de que as decisões a esse respeito se passam longe e fora do controle da sociedade. Nem mesmo o Governo consegue ainda exercer controle efetivo sobre essa massa de recursos que se constitui numa verdadeira economia dentro da economia nacional.

A quem responsabilizar politicamente pela situação anômala a que chegou o Estado na economia brasileira? Há responsabilidades e omissões a apontar. Há equívocos a esclarecer mediante debate e correções a fazer, antes que seja irremediavelmente tarde. A omissão mais contínua é dos políticos e a responsabilidade é dos Governos que não tiveram suficiente coragem para resistir à infiltração estatizante. Dentre todos os períodos governamentais, no entanto, ressalta como identificado com a tendência estatizante a administração Ernesto Geisel.

O que antes era omissão e desatenção tornou-se, no Governo Geisel, decisão administrativa e convicção política. A estatização deixou de ser empírica para se tornar programa de Governo: cumpriu-se no prazo de um mandato, a um preço que até hoje custa sacrifício aos brasileiros. O atual Governo teve que renunciar a um programa próprio, porque ficou amarrado às contas do anterior, feitas para manter o Estado como o maior grupo empresarial brasileiro.

É grave, gravíssimo, o problema político da estatização econômica. Não tendo resultados econômicos e aumentando o custo social da experiência, a estatização se constitui num problema político que nenhum país já enfrentou fora da órbita socialista. Como se classifica a economia brasileira? De mercado não é: uma avantajada e avassaladora presença do Estado sobre todas as atividades produtivas prova que não é. Direta ou indiretamente, quem comanda é o Estado. Não é de mercado mas já tem a base socialista — pelo menos de um socialismo que se funda sobre a gestão econômica do Estado. Porque na verdade não existe Estado capitalista e sim regime de produção que ainda não ousa proclamar-se socialista.

A economia brasileira, fortemente estatizada, está muito mais para o socialismo do que para o capitalismo. Só as oposições não percebem o fenômeno. Insistem em pleitear a mudança do modelo. O irrealismo econômico da Oposição confirma seu irrealismo político.

Exatamente por isso a questão política nacional vai ficando cada vez mais difícil de beneficiar-se de uma reversão de perspectiva. A estatização gerou uma falsa classe social, mas o fato é que seus integrantes se movem e atuam por dentro do Governo com um sentido continuísta. E a continuação dos burocratas e dessa economia estatizada inibe a possibilidade democrática nacional.

A prova da anomalia pode ser medida no próprio índice de inflação. O programa de combate à inflação, obviamente produzida e sustentada pelas despesas do Estado, tem um custo que recai inteiro sobre a sociedade. Os brasileiros fazem sacrifícios, perdem salários, perdem poder de compra e têm seus impostos aumentados. Para quê? Para o Estado manter-se como grande empresário enquanto a economia privada apenas sobrevive, quando não encerra atividades. E a inflação cai pouco em relação aos sacrifícios. Toda essa experiência econômica e política, sem qualquer correspondência com as aspirações democráticas, é financiada pela sociedade que sacrifica o presente e o futuro para que o país se liberte de uma inflação que a estatização da economia gerou.

A questão política brasileira resume-se em encontrar a fórmula para desestatizar. A Oposição, no entanto, não entendeu e continua a pretender liberdades sem se lembrar de que a estatização da economia é incompatível com qualquer transferência de controle à sociedade.